



Itaú descumpre acordo e demite

O Itaú descumpriu o compromisso firmado de não demitir funcionários durante a pandemia de Covid-19. Apenas na área de Veículos foram 130 demissões, fora as realizadas nas agências, principalmente nos cargos de gerência e de caixa. Por conta disso, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) se reuniu, nesta terça-feira (15/09), com representantes do banco para cobrar respostas e a realocação dos bancários.

Segundo a empresa, 70% dos trabalhadores da área de Veículos que, inicialmente, seriam demitidos, foram realocados. Mas, a COE cobrou mais transparência nos números de empregados que serão atingidos pelas mudanças e que todos sejam realocados em outras áreas do Itaú.

Nem mesmo o lucro de mais de

R\$ 28 bilhões em 2019 impede o Itaú de colocar para fora os trabalhadores que tanto colaboram para a lucratividade alta. Enquanto isso, desenvolve uma campanha para esconder as ações tentando mostrar um lado humano da empresa na pandemia.

O Itaú também tem demitido funcionários doentes e até mesmo quem tinha recebido prêmios por bom desempenho. Lamentável a postura do banco de demitir pais e mães em um momento tão delicado como esse.

Para o movimento sindical, o descaso levanta o questionamento para a volta das homologações serem feitas nos sindicatos da categoria. O tema será um dos pontos discutidos nas próximas reuniões entre a COE e os representantes da empresa.

PL exige autorização para privatizações

Em mais uma tentativa de frear a sanha privatista do governo Bolsonaro, o Projeto de Lei 4269/20 pretende tornar crime a venda das estatais brasileiras sem autorização do Congresso Nacional. A iniciativa prevê reclusão de 10 a 16 anos e multa de 1% a 20% do faturamento bruto da empresa pública ou da sociedade de economia mista afetada no exercício anterior à ocorrência.

O governo tenta a todo custo burlar a lei e entregar de bandeja o patrimônio nacional sem se preocupar com a população e a sobe-

rânia do país.

As recentes propostas de bancos federais para vender ou comprar ativos comprovam e alertaram para as irregularidades da MP 995, que privatiza a Caixa através da venda de subsidiárias - Caixa Seguridade, Caixa Cartões e Caixa Loterias.

Diante da ofensiva, os deputados federais Erika Kokay (PT/DF) e Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB) criaram o PL. A iniciativa ainda exige a licitação para aquisições, cessões e alienações de carteiras de instituições financeiras federais.

Negociação suspeita BB-BTG é alvo de inspeção do TCU

Para apurar as condições em que foi realizada a venda de uma carteira de crédito para um fundo administrado pelo BTG, o TCU (Tribunal de Contas da União) realiza inspeção no Banco do Brasil. A transação levantou suspeitas, principalmente, pelo valor muito abaixo do avaliado. A carta de crédito estava avaliada em R\$ 2,9 bilhões e foi vendida por apenas R\$ 371 milhões, ou seja, 12,8% do valor, com uma possibilidade de recuperação de 70%.

Vale lembrar que foi a primeira vez que o BB cedeu uma carteira a um grupo de fora do conglomerado. Para piorar, o BTG Pactual tem entre os fundadores o ministro da Economia, Paulo Guedes, o que deixa tudo ainda mais suspeito. Além do TCU, a negociação suspeita também está no STF (Supremo Tribunal Federal).

Eleitos da Previ debatem futuro nesta quinta



Bradesco também descumpre acordo

Mais um banco descumpre o acordo firmado com o movimento sindical. O Bradesco já demitiu mais de 20 bancários durante a pandemia de Covid-19. A COE (Comissão de Organização dos Empregados) exige a suspensão do processo de demissões. Os sindicatos suspeitam que o banco esteja preparando algo pior, que pode acontecer com o fechamento de agências. O Bradesco anunciou que vai fechar 400 unidades em todo o país, apesar do lucro de R\$ 7,6 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. O movimento sindical está atento a qualquer atitude prejudicial aos bancários e aos correntistas. Além de demitir, há denúncias de que gestores que estão no grupo de risco estão sendo pressionados para retornar ao trabalho.

Inflação pesa sobre pobres

Mais uma vez a população de baixa renda sofre com a inflação, que eleva o custo de vida. De acordo com Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para as famílias mais pobres, a inflação ao ano chega a 1,50%, enquanto as famílias mais ricas têm efeito contrário, com uma deflação de 0,07%. Com os anúncios do governo de corte do auxílio emergencial, de R\$ 600,00 para R\$ 300,00, e o fim da valorização do salário mínimo, a situação se torna mais preocupante. A desigualdade social vai se agravar, já que o cenário de aceleração inflacionária só atinge as classes mais baixas.